

tarias de Educação, Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, SEINFRA e SETRANS. A presidente Roberta Sales (APABB) reforça que ainda não foram enviadas indicações de conselheiros por parte da SECTI e da Secretaria de Esporte e Lazer. Agradece a presença de representantes dos Conselhos Municipais de Quatis, São Pedro D'Aldeia, Angra dos Reis, Valença, Japeri, Mangaratiba, Saquarema, Cabo Frio, Rio das Ostras, Pinheiral e Maricá. E segue, colocando em votação a ata de abril, apresentado destaque para a correção apresentada, nas alíneas 35, 37, 38, e 62, pela conselheira Tania Passos (SETRANS), que encaminhou suas ressalvas ao Cepde e a assembleia que foi posta em apreciação. E sem qualquer voto contrário, além do destaque, a ata foi aprovada. Em função da pauta, foi relatado que o MPRJ fez recomendação sobre questões como pendências de publicações em D.O, e indicações de conselheiros governamentais, e providências sobre os intérpretes de libras, de execução a SEDSODH, com prazo a ser cumprido de 10 dias. E apesar de diversos ofícios do CEPDE, não houve resposta pela Secretaria. A presidente Roberta Sales, reforça que, perante a mudança do gestor da SEDSODH, nova reunião foi prontamente solicitada à assessoria dos conselhos vinculados. Uma vez, que os combinados foram feitos ainda com o Dep. Bruno Dauaire. Dando continuidade à pauta, foi relembrada a decisão tomada pelo colegiado, na assembleia extraordinária de maio/2021, sobre a V Conferência da Pessoa com Deficiência. Por unanimidade, o colegiado votou pela não aceitação da Conferência em formato virtual, ficou registrado o entendimento sobre as inúmeras perdas para a Pessoa com Deficiência, se tal evento fosse virtual, ainda em 2021. E deixado claro que há necessidade de apoio, inclusive financeiro. Destacou-se a preocupação com acessibilidade em função de internet no interior do estado. Num destaque e preocupação da conselheira Carla D'Amato (ADVERJ) sobre a questão da vulnerabilidade do Conselho, visto que está se pleiteando eleição da sociedade desde outubro/2020. Mas a publicação dos representantes governamentais, não acontece afetando o Controle Social que se defini como a participação dos cidadãos e cidadãs na gestão pública, no sentido de compartilhar o poder de decisões políticas entre o Estado e a sociedade civil, prejudicando com isso o avanço da vida das Pessoas com Deficiência. A presidente relembrou que se precisa ativar a Comissão eleitoral, promover publicações, estabelecer regulamentos. Tem secretarias não indicaram os representantes, mas o MPRJ foi incisivo da obrigatoriedade de apresentação. E em Destaque ficou claro que é preciso que o CEPDE funcione independente das relações pessoais e sim buscar a independência do conselho. Sendo preciso que representantes de usuários, trabalhadores, prestadores de serviços e gestores monitoram e discutem ações para a construção de políticas públicas, através de mecanismos de controle social. Durante a pandemia por Covid-19, tornou-se ainda mais evidente a importância do fortalecimento dessa ferramenta e seu potencial de transformação. Em contrapartida, o que temos observado é o completo descaso frente às propostas definidas pela participação social, cuja consideração poderia trazer melhorias para as ações governamentais, tornando-as mais eficazes, transparentes e democráticas. A questão da ampliação do mandato e não por Processo Seletivo deveria ter tido uma transição por um Decreto, o que foi arbitrário, quanto ao CONADE, e que deveria ter sido pedindo em uma reunião específica com a secretaria Nacional. Ficando claro que o Governo não se importa com o social. Em nosso estado apesar das demandas do CEPDE, nada foi feito na área do Transporte. A acessibilidade é um ponto de interesse de nossa população, e as demandas estão nos conselhos. Apesar de haver manifestação, o que o gestor público faz não condiz com o que é sinalizado pelos segmentos. Os gestores públicos não veem essas capacidades na Pessoa com Deficiência. Sobre o controle social, a conselheira Rita de Fátima (Conselho de Angra dos Reis), afirmou que a todo o momento tem alguém querendo "puxar o tapete", mesmo sendo de interesse de um coletivo significativo. Desestimulando os conselheiros, mas que é preciso que tenhamos que impor respeito nessas demandas. E que a derrocada da política pública da Pessoa com Deficiência só sairá do papel quando lutarmos e tivermos a certeza de que "lá" na frente teremos vitória. A inconstitucionalidade se apresenta, mas teremos que lutar, pois temos: constituição, convenção e outros instrumentos jurídicos. Apesar da insatisfação das pessoas, não desistir é a forma de resgatar as conquistas. A luta é contra o governo, mas também contra a Pessoa com Deficiência, causando indignação com conselheiros que não abraçam a causa. Ela disse que é preciso ter um olhar para a luta. Precisa-se de união, de mais batalha e perseverança. O Conselheiro está cansado, remando "contra a maré" e a própria Pessoa com Deficiência, se diz cansada, assim relatou a conselheira. A senhora Presidente do CEPDE solicita que se faça uma força tarefa, em função do que veio das demandas do MPRJ, como: 1. Rede de Atendimento à pessoa com deficiência (não tem recursos digitais, de rede social, banco de Dados, ou planilha de mapeamento da rede, no CEPDE e nem na SPPD); 2. Rede de atendimento ao autista no Estado; 3. Ter uma assessoria técnica/jurídica; 4. Reativar as comissões permanentes. É necessário que o colegiado tome atitudes mais articuladas, pois o governo não investe em indicadores, e dados concretos sobre a Pessoa com Deficiência. Constatado que nem no site da SEDSODH tem de dados atualizados das instituições, e nem do CEPDE. É preciso reconstituir a comissão de comunicação para receber e processar informações, e assim, produzir conteúdo de interesse. A representante do conselho municipal de Cabo Frio, Sra. Idalina, manifesta que existe um programa para obter um cadastro das pessoas com deficiência em sua cidade, depois de muitos esforços. A conselheira Diana Arbex (SEINFRA) contribuiu dizendo que na cidade do Rio de Janeiro, há a possibilidade de digitalização de documentos com a possibilidade de apoio do Arquivo Nacional, visto a grandeza de dados. Ressaltou que o processo é minucioso, e tecnicamente de arquivistas, que seguem critérios e padronizações, só que em ambiente digital. Tal iniciativa ainda não abrange todas as secretarias, infelizmente, mas disse que buscará mais informações. A presidente Roberta Sales, acrescenta que essa iniciativa de digitalizar documentos seria um benefício para todas as secretarias e conselhos, no sentido de preservação de informações. Já a representante de Angra dos Reis, Sra. Rita de Fátima, manifestou que há um Banco de Dados da PcD em sua cidade, fruto de um trabalho em parceria, junto aos CRAS, em 2019. A conselheira municipal afirmou que todos os CRAS, e as Escolas públicas tem seu banco de Dados. Ficando então claro que a Assistência Social, Transporte, Educação tem dados específicos em suas áreas. O conselheiro Ricardo Prates (SEGOV) afirmou que não é por falta de dados, o que falta é competência do Estado, em aglutinar tais informes, num cadastro único. Rita de Fátima também contextualizou a sua história de militância, citando que atua há muitos anos, através de pastorais, por exemplo. Por fim, acrescentou que conquistas ocorrem, como por exemplo, a compra de uma van adaptada para o Conselho Municipal de Assistência, que ficará sob os cuidados da Pestalozzi de Angra dos Reis. A conselheira Carla D'Amato pede a palavra e apoia as falas de Rita de Fátima e Idalina Araújo. Roberta Sales (APABB) cita o agradecimento, feito no chat, de Cristiane da Rocha (COMDEF Teresópolis) a toda a ajuda que recebeu do Cepde e de outras presidentes de conselhos municipais, na luta em sua cidade, em prol da vacinação das pessoas com deficiência e seus cuidadores. Apesar de interrupções, foi garantida a fala das conselheiras municipais. A presidente Roberta Sales afirma que é de grande relevância o desabafo sobre os desafios atuais do controle social, pois simboliza a motivação em continuar, em contextos difíceis. Assim, os conselhos podem se apoiar na resolução de problemas em comum. A presidente do CEPDE fala da mudança da Lei de constituição do CEPDE, que não conseguiu avançar e que é uma reforma fundamental, afirmou que o modelo da lei nova está pronto, que a comissão de legislação trabalhou e apresentou o conteúdo ao colegiado logo no início da pandemia, e que parte do colegiado divergiu da pauta à época. Mas que, apesar disso, pode ser retomada para votação ainda em 2021. Para tal, é primordial que a comissão de legislação seja recomposta, devido a substituição da ex-conselheira Priscila Silva (Casa Civil). Disse que, havendo quórum, é possível que esta questão seja incluída, ainda hoje. A pendência seria: 1 representante governamental. Mencionou ainda que é interessante que entre mais um representante da sociedade civil, para substituir o conselheiro Claudio da ADRETERJ, que não tem conseguido atuar, devido a processos internos da sua instituição. Ela ainda lem-

brou que infelizmente, a pandemia fez com que a questão da vacinação da Covid-19 se tornasse ponto central, assim como violações de direitos Pessoa com Deficiência no atendimento prioritário em Saúde. Fazendo com que o debate das demais pautas ligadas à educação e ao trabalho, por exemplo, fossem pausados. Mas na questão do Fundo do CEPDE, o dossiê está no MPRJ, desde 2018 e que precisa ser revisitado. A promotora Luciana Direito, na última reunião com a diretoria do Cepde, afirmou que em breve se manifestará a respeito, mas que precisará analisar com calma, uma vez que a pandemia prejudicou o andamento de todos os processos. A conselheira Carla D'Amato pede a palavra, e faz uma observação séria a respeito da forma de interação nas redes sem acessibilidade, deu um exemplo do grupo dos conselheiros estaduais, onde alguns participantes insistem em fazer postagens aleatórias, e sem acessibilidade para a pessoa cega. São imagens que são constantemente postadas sem descrição. Fato que significa descaso com a pessoa com deficiência. A presidente Roberta Sales informa que ainda há quórum, para a recomposição da comissão de legislação, e passa a O Conselheiro José Antônio (AADEF) pediu a palavra para passar o informe sobre a eleição presencial da nova diretoria da sua instituição, que ocorrerá no dia 24/06, às 10h, na sede da AADEF. A presidente retoma o pedido de posicionamento do colegiado sobre as propostas feitas (força tarefa para a construção de uma plataforma colaborativa, com informações sobre a rede de atendimento da pessoa com deficiência no Estado). E Ricardo Prates (SEGOV) adverte que tal iniciativa deveria ser abraçada pela SPPD, e que seria melhor aguardar reunião com o novo secretário da SEDSODH, e lhe apresentar a demanda. Roberta Sales sinaliza que é importante o apoio do colegiado no engajamento nesse reconhecimento de rede de atendimento transversal, e de forma partilhada. Outro ponto é o Cadastro Pessoa com Deficiência, onde os cadastros pré-existentes fossem integrados, considerando que ainda não há previsão para o Censo Nacional. Em ambas as situações os órgãos executivos devem conduzir, buscando garantir recursos para a concretização das propostas. Já que sem indicadores, e rede reconhecida (e publicizada), a política pública fica sem embasamento prático. A presidente Roberta Sales pede a manifestação do colegiado para a inclusão destas duas demandas na lista de necessidades do CEPDE ao novo Secretário. Os 16 conselheiros presentes concordam. Aproveitando o quórum, é feito o encaminhamento da recomposição da comissão de legislação. Aceitaram integrar a comissão de legislação: Cinthya Freitas (ADVERJ) e Glaucete Kelly (Casa Civil). A conselheira Cinthya Freitas avisa para informar que sua instituição realizou eleições para a nova diretoria, e que agora é vice-presidente. O conselheiro José Antônio sugere que os conselhos municipais sejam ouvidos na construção da nova lei do Cepde. Roberta Sales (APABB) afirma que primeiramente o colegiado estadual fará a formatação principal do texto, e que em assembleia tudo será exposto aos conselhos municipais. Assim, todos poderão colocar suas ponderações. E sendo estas, pertinentes, serão consideradas pelos conselheiros estaduais, para que possam deliberar. O vice-presidente Ricardo Prates sugere que, após a comissão se reunir, e atualizar a minuta da nova Lei, o material seja submetido ao colegiado, a partir do mês de agosto. A conselheira Cinthya Freitas (ADVERJ) sinaliza que muitos materiais precisarão ser estudados, e atas revisadas, pois em reuniões anteriores, algumas sugestões foram feitas. Ricardo Prates relembra que o registro da reunião de março/2021 (que não teve quórum) foi encaminhado por e-mail. E Roberta Sales (APABB) também informa que a memória da reunião com o MPRJ também foi encaminhada. A conselheira Carla D'Amato pede informações sobre o Conselho Municipal de Mendes, e Roberta Sales informa que o referido conselho está ativo, e que a nova presidente, Sra. Nélia Nepomuceno, está participando do grupo de diretorias executivas dos conselhos municipais no Whatsapp. A conselheira Tania Passos (SETRANS) pede a palavra e faz um apelo emocionado para que todos se vacinem, e que permaneçam se cuidando, usando máscara e álcool em gel, pois a pandemia ainda não acabou. Muitas pessoas com deficiência ainda não se vacinaram, infelizmente. Não há espaço para negacionismo: "vacina no braço e Vacina Já!". Nada mais tendo a tratar deu-se por encerrada a reunião às 17h. Processo nº SEI-310003/002843/2021.

ROBERTA SALES
Presidenta CEPDE/RJ

ANTONIO JOSÉ
Secretário - CEPDE/RJ

Id: 2332890

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E DIREITOS HUMANOS
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO NEGRO
DO RIO DE JANEIRO**

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DE POSSE DE 22 DE JULHO DE 2021 DO CEDINE/RJ.

Aos 22 dias do mês de julho do ano de 2021 com início às 14h no Auditório Adalto Belarmino situado no Prédio da Central do Brasil Praça Cristiano Ottoni s/n 7º andar, realizou-se a reunião de posse e apresentação dos Conselheiros e da Executiva do Conselho Estadual dos Direitos do Negro - CEDINE e a primeira reunião ordinária da executiva para deliberação de assuntos de interesse comum em conformidade com a legislação em vigor. Em primeira hora aberto os trabalhos foi formada a Mesa Presidida pelo Sr. MATHEUS QUINTAL Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos representando o Exmº Sr. CLAUDIO CASTRO Governador do Estado do Rio de Janeiro, integrada ainda pela Sr.ª LUCIANA M. CALAÇA Subsecretária de Direitos Humanos, o Sr. MARCELO MONTEIRO Presidente do Centro de Tradições Afro-brasileiras CETRAB, a Sr.ª DOLORES LIMA representante do Fórum Estadual de Mulheres Negras - FEMN, a Sr.ª CLAUDIA representando a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância Decradati, a Sr.ª MARLENE representando a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. O Ilmº Sr. Secretário MATHEUS QUINTAL fazendo uso da palavra saudou à todas e todos os presentes e discorreu sobre a importância do Conselho Estadual dos Direitos do Negro - CEDINE no combate ao RACISMO e VIOLÊNCIA RELIGIOSA além da luta pelas AÇÕES AFIRMATIVAS e EQUIDADE NAS RELAÇÕES DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS, exaltou a força da parceria do CEDINE e a SEDSODH - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, nos Projetos desenvolvidos conjuntamente com outras Entidades direcionadas a Jovens Negros de ambos os sexos, comunidades quilombolas, comunidades de pescadores, índios, Pessoa com Deficiência, LGBTQI+, Mulheres, Idoso, presos e egressos do sistema penal no momento de sua ressocialização, moradores de rua, moradores de comunidades, avançando para todas as pessoas oriundas de populações historicamente discriminadas. A seguir e cedeu a palavra aos integrantes da mesa que elogiaram os trabalhos realizados pela atual executiva e enalteceram a decisão do governo pela continuidade desejando um próximo mandato de vitórias e avanços para o povo negro do estado

aqui representado, ao final das manifestações o Sr. Secretário MATHEUS QUINTAL no uso de suas atribuições passou a convidar as novas Conselheiras e novos Conselheiros a assinarem a presença e serem empossados, as Senhoras Deusimar Corrêa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSODH; Alessandra Lopes de Souza, da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda - SETRAB; Quêrem-Hapuque Marinho Ferreira, da Secretaria de Estado de Ciências, Tecnologia e Inovação - SECTI; Jane Milan Cândido, da Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC; Izaide Ribeiro de Faria, da Secretaria de Estado de Saúde - SES; Quésia Vieira Pacheco Rodrigues, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; Érica Portilho, do Instituto Hórus, Cultura, Educação Integral e Desenvolvimento Humano - HOJU; Ana Beatriz Bernardes Nunes, da Associação dos Conselhos Tutelares do Estado do Rio de Janeiro - ACTERJ; Dr.ª Ivone Ferreira Caetano, da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Ana Cristina Duarte dos Santos, da União Geral dos Trabalhadores - UGT; Maria Dolores de Lima e Silva, do Fórum Estadual de Mulheres Negras - FEMNEGRAS; Claudia Menezes Vitalino, da União de Negros pela Igualdade - UNEGRO; e os Senhores; Aislân de Souza Coelho, da Secretaria de Estado de Governo - SEGOV; Rodrigo dos Santos Rainha, da Universidade Estácio de Sá - UNESA; Jorge Saint'clair Cavalcanti Pessoa, do Centro de Estudos e Cooperação Brasil Continente África e Diáspora - COBRA; Iago Felipe de Souza, do Centro de Estudos Afro-Religioso e Cultural Rumpaimé Héviôs Zôdnokum Mean; José de Leonissa Lopes do Conselho de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro - CENIERJ; Paulo José dos Reis, da Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro - ACQUILERJ; Leônidas Lopes de Melo Júnior, do Grupo Palco dos Mil Sonhos - GPMS; João Costa Batista, Personalidade Negra; João Carlos Martins, Personalidade Negra; Bruno Machado Teté, do Partido Progressista - PP; Geraldo Henrique dos Santos Coelho, do Frente Favela Brasil - FFB; e o Luiz Eduardo Alves de Oliveira, do Partido Democrático Trabalhista - PDT. Em ato contínuo o Sr. Secretário MATHEUS QUINTAL deu posse a Diretoria Executiva para um mandato de quatro anos de 22/07/2021 a 22/07/2025; ficando assim composta pelo Conselheiro Sr. LUIZ EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA representante do Partido Democrático Trabalhista - PDT - PRESIDENTE, Conselheira Sr.ª ANA BEATRIZ BERNARDES NUNES representante da Associação dos Conselhos Tutelares do Estado do Rio de Janeiro - ACTERJ - VICE PRESIDENTE e a Conselheira Sr.ª ANA CRISTINA DUARTE DOS SANTOS representante da União Geral dos Trabalhadores - UGT - SECRETÁRIA GERAL e representando todas as conselheira e todos os conselheiros recém empossados foi dada a palavra a Sr.ª Conselheira Dr.ª IVONE FERREIRA CAETANO Diretora Presidente da Diretoria de Igualdade Racial - OAB/RJ que teve emocionadas palavras conclamando à todas e todos a trabalharem incansavelmente contra o Racismo e Violência Religiosa, contra a Homofobia, Misoginia, Machismo, Xenofobia e principalmente pela VIDA, EDUCAÇÃO, IGUALDADE DE DIREITOS, A IGUALDADE DE OPORTUNIDADE NO MUNDO DO TRABALHO EMPREGO E RENDA E ASCENÇÃO PARA TODAS E TODOS. Encerrando sua fala foi homenageada por todos os presentes que lhe apresentaram com uma bela escultura africana. O Sr. Secretário MATHEUS QUINTAL desfez a mesa de abertura e convidou o Sr. Presidente LUIZ EDUARDO OLIVEIRA - NEGROGUN eleito e empossado para assumir os trabalhos da 1ª Reunião Ordinária do novo mandato do CEDINE, assumindo os trabalhos o presidente realizou a leitura da pauta de convocação, passando em primeiro momento para apresentação das atividades planejadas e executadas no mandato anterior, colocada em votação o relatório foi aprovado por unanimidade, no mesmo ato fez um breve relato sobre ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ASSINADO ENTRE O CEDINE - Conselho Estadual dos Direitos do Negro, o governo do estado por meio da SEDSODH - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, E A ANITE-PCD-Agência Nacional de Inserção Ao Trabalho e Emprego e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, informando que este acordo tem por objetivo o empoderamento econômico do povo negro por meio da geração de trabalho emprego e renda nas comunidades, quilombos e tribos, destacou que tem recebido por parte de alguns órgãos especial atenção entre estes o Ministério Público do Trabalho RJ e a Empresa pública DETRAN - Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro, que as minutas para adesão já foram enviadas e que aguarda uma manifestação dos mesmos, ainda que algumas prefeituras estão se empenhando para participar dos projetos e programas aprovados, mas ainda sem financiamento, que a burocracia e demorada, reafirmando que vamos continuar a persistir e conquistar a tão sonhada equidade no mundo do trabalho. Dando continuidade informou que foi apresentado a solicitação por parte da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ao Acordo de Cooperação Técnica Firmado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública por intermédio da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN e o Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos por intermédio da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Em continuidade esclareceu que diante dos trabalhos em andamento e do destaque dos trabalhos realizados CEDINE junto a população carcerária e comunidades em risco social no estado, o mesmo estava recebendo diversas solicitações de instituições parceiras para emissão de certificação e atestados de capacidade técnica, que ao serem analisadas a documentação assim como objetivo estatutário e projetos executados três organizações se mostraram aptas e foram certificadas e emitidos os certificados, que outras interessadas deveram se manifestar o que só fortalece e enaltece o CEDINE, colocada para avaliação da plenária não houveram manifestações em contrário e sem objeção, foram homologadas as Certificação e atestados em favor da: Associação de Servidores e Entidades Unificadas em Benefícios e Empreendimentos de Melhoria - ASEUBEM, Agência Nacional de Inserção ao Trabalho e Emprego e defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - ANITE-PCD, Instituto Vida Renovada - IVR, a seguir o Sr. Presidente LUIZ EDUARDO OLIVEIRA - NEGROGUN propôs como pontos de pauta para a próxima reunião ordinária do CEDINE os seguinte Temas: V CONAPIR, 3ª FLIN e a AGENDA ÚNICA ZUMBI 21, proposta aceita por todas e todos os presentes, nada mais havendo a discutir o Sr. Presidente LUIZ EDUARDO OLIVEIRA - NEGROGUN agradeceu a todo apoio e parceria dispensada por parte do Sr. MATHEUS QUINTAL Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e da Sr.ª LUCIANA M. CALAÇA Subsecretária de Direitos Humanos, agradeceu aos Ancestrais, Voðuns, Orisás, Inkisses e Encantados, pela força que nos Alimenta, Fortalece e Direciona, agradeceu ainda o carinho e a presença de Todas e todos nesse Evento e convidou a todos à assistirem ao desfile de Moda com alunos dos Cursos ministrado e promovido pelo Grupo Palco dos Mil Sonhos - GPMS, em parceria com o CEDINE e a SEDSODH, com roupas do estilista ALMIR FRANÇA, que encerraria o Evento, ASÉ, BAIJOS E ALEGRIAS, e eu Vanderlei Bomfim secretarí e lavrei esta Ata, que será assinada pelo presidente Luiz Eduardo Oliveira-Negrogon. Processo nº SEI-310003/002907/2021.

LUIZ EDUARDO OLIVEIRA - NEGROGUN
Presidente do CEDINE/RJ

VANDERLEI BOMFIM
Secretário Executivo- CEDINE/RJ

Id: 2332873

programa
**mais
leitura**

Livros novos
a partir de:
R\$2,00

Dentro de um livro a gente
encontra mais que histórias,
encontra cidadania.

Ler é o maior barato!

  programamaisleitura